

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 8 – Dados, Informação e Tecnologia

#### DA INFORMAÇÃO À TRANSPARÊNCIA:

O POTENCIAL DA CURADORIA PARA OS DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS

#### *FROM INFORMATION TO TRANSPARENCY:*

*THE CURATION POTENTIAL FOR OPEN GOVERNMENT DATA*

**Juliana Vasconcelos Braga** – Universidade Estadual de Goiás (UEG)

**Feliz Alberto Ribeiro Gouveia** – Universidade Fernando Pessoa (UFP)

**Alison Carlos Filgueiras** – Universidade Estadual de Goiás (UEG)

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** nas últimas décadas, a relação entre governo e sociedade passou por profundas transformações, impulsionadas pela busca por transparência e participação social. No Brasil, a redemocratização consolidou a publicidade como princípio constitucional, orientando políticas de transparência e de disponibilização de Dados Abertos Governamentais (DAG). Contudo, desafios persistem na gestão do crescente volume de informações estatais, agravados por entraves técnicos, como falta de padronização e dificuldades de acesso, que comprometem a efetividade dessas iniciativas. Neste contexto, o presente trabalho investiga como a curadoria digital pode contribuir para a melhoria da gestão da informação governamental ao longo de seu ciclo de vida, com foco na promoção da transparência e no estímulo à participação popular. A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando a harmonização de modelos existentes como principal procedimento metodológico. Como resultado, propõe-se um modelo processual composto por três fases: (1) planejamento e coleta; (2) curadoria digital – etapa central, que abrange organização, validação e enriquecimento de metadados; e (3) disponibilização e monitoramento. A fase de curadoria destaca-se por integrar critérios técnicos e participativos, assegurando que os DAG sejam acessíveis, úteis e reutilizáveis. As contribuições do estudo incluem a estruturação de um modelo adaptado às especificidades da gestão pública, enfrentando desafios como a fragmentação e obsolescência dos dados, e o fortalecimento do vínculo entre transparência e participação popular, ao facilitar o acesso, uso crítico e reuso criativo de informações governamentais. A curadoria digital revela-se como mecanismo estratégico de modernização estatal e engajamento cidadão.

**Palavras-chave:** curadoria digital; dados abertos governamentais; harmonização de modelos; transparência.

**Abstract:** in recent decades, the relationship between government and society has undergone significant transformation, driven by the pursuit of transparency and social participation. In Brazil, the redemocratization process established publicity as a constitutional principle, guiding policies focused on transparency and the provision of Open Government Data (OGD). However, challenges remain in managing the growing volume of state-generated information, exacerbated by technical barriers such as lack of standardization and limited access, which undermine the effectiveness of these initiatives. In this context, the present study investigates how digital curation can contribute to improving the management of government information throughout its life cycle, focusing on promoting transparency and encouraging public participation. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, using the harmonization of existing models as its main methodological procedure. As a

result, a procedural model is proposed, consisting of three phases: (1) planning and collection; (2) digital curation — the central stage, which encompasses the organization, validation, and enrichment of metadata; and (3) dissemination and monitoring. The curation phase stands out by integrating technical and participatory criteria, ensuring that OGDs are accessible, useful, and reusable. The study's contributions include the structuring of a model adapted to the specificities of public management, addressing challenges such as data fragmentation and obsolescence, and strengthening the link between transparency and public participation by facilitating access, critical use, and creative reuse of government information. Digital curation thus emerges as a strategic mechanism for state modernization and citizen engagement.

**Keywords:** digital curation; open government data; models harmonization; transparency.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os governos têm promovido iniciativas para abertura dos dados como parte da estratégia para fortalecer a participação popular e a democracia (Altayar, 2018; Matheus; Janssen; Janowski, 2021; Souza; D'Angelo; Lima Filho, 2022). No Brasil, os principais dispositivos legais que visam garantir a publicidade dos atos públicos são a Lei de Transparência (Brasil, 2009) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). Os Dados Abertos Governamentais (DAG), são publicizados nos portais de transparência e portais de dados abertos, seguindo uma tendência de diversos países em desenvolver e manter portais com essa finalidade (Braga; Gouveia, 2022; Tang; Jiang, 2021).

Para Gusmão e Souza (2021), a sobrecarga de informações criadas e tramitadas na gestão pública requerem avaliação sobre o que é útil ou não. Além disso, existem empecilhos para o uso e reuso dos DAG, tais como a fragmentação, distribuição em várias páginas, formatos proprietários, falta de metadados, dados difíceis de encontrar, faltam ferramentas de compartilhamento, entre outras (Braga; Gouveia, 2022; Tai, 2021). Esse cenário corrobora com Lee *et al.* (2016), que apontam uma interlocução entre os DAG e a Curadoria Digital (CD). É necessário, portanto, compreender os processos de Gestão da Informação (GI), aplicada à administração pública, para que todas as etapas, desde o planejamento até à disponibilização dos dados, sejam conduzidos por meio de uma estratégia bem definida capaz de suprir a crescente modernização do Estado e da sociedade (Paulo; Gama; Caliman, 2021).

O problema que identificamos está relacionado à gestão do volume de DAG disponibilizado pelos governos e à carência de estratégias voltadas à sua preservação, acesso, uso e reuso. Diante disso, buscamos responder como a curadoria digital pode contribuir com a gestão da informação governamental ao longo do seu ciclo de vida, com foco na promoção da transparência e na participação popular. Nosso objetivo é desenvolver um novo modelo de

CD que atenda às especificidades da gestão da informação governamental. Para tanto, neste trabalho apresentamos na seção 2 os procedimentos metodológicos que conduziram a investigação, na seção 3 trazemos trabalhos relacionados à temática, na seção 4 propomos um novo modelo de CD voltado para a gestão da informação governamental e, por fim, na seção 5 traçamos as considerações finais.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Adotamos a abordagem qualitativa para tratar do problema identificado, tendo o ambiente como fonte direta dos dados. Os dados coletados são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada (Prodanov; Freitas, 2013). Dessa forma, a pesquisa é pautada por uma investigação teórica sobre elementos que se distinguem em sua origem, tais como a gestão da informação, a curadoria digital e os dados abertos governamentais, e assume um caráter prático ao buscar evidências nos portais de transparência e de dados abertos do Estado de Goiás.

Ainda na esteira de Prodanov e Freitas (2013), caracterizamos a pesquisa como uma investigação empírica, em que mesclamos tipos diferentes de pesquisa do ponto de vista da natureza, sendo que nas fases iniciais a investigação pode ser classificada como teórica e nas fases adiantadas, como prática. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva em suas fases preliminares, já com relação aos procedimentos técnicos, o delineamento compreende a pesquisa bibliográfica e documental, a partir de elementos tipificados como fontes primárias e secundárias. Adotamos também como procedimento técnico a harmonização de múltiplos modelos de fontes heterogêneas (Carrasco, 2019; Pardo *et al.*, 2010, 2013).

## **3 REVISÃO DA LITERATURA**

A curadoria de DAG envolve questões relacionadas aos usuários e os usos para os quais os dados são colocados. Com uma base diversificada de usuários, a disponibilização do acesso aos dados, por si só, não garante o seu uso para nenhum dos objetivos sociais, políticos ou econômicos que motivam sua divulgação e, portanto, não garantem a transparência (Currie, 2016). A diversidade na base de usuários dos DAG leva a entender que o uso dos dados diverge do tradicional, já que eles podem ser combinados com outros conjuntos de dados para uma infinidade de operações, tecnologias e plataformas. Nesse sentido, a curadoria para DAG deve

contemplar os usos reais, diretos e finalísticos dos dados, da mesma maneira que os usos potenciais por desenvolvedores, pesquisadores, empresas, *etc.* (Dallas, 2016).

Ainda em relação ao uso dos DAG, a curadoria também é responsável por negociar questões como a privacidade e a segurança, questões técnicas relacionadas à metadados, usabilidade e interoperabilidade (Dawes; Vidiasova; Parkhimovich, 2016). Considerações sobre a preservação na curadoria para DAG são levantadas, pois os conjuntos de dados existentes envelhecem e o volume de DAG disponível aumenta (Moles, 2019). A recomendação é inserir conhecimentos e métodos de CD no ciclo de vida da informação o mais cedo possível (Lee *et al.*, 2016).

Encontramos na literatura, trabalhos em que a CD não é referenciada diretamente, embora aspectos que estão diretamente relacionados ou mesmo fazem parte do seu escopo sejam bastante investigados (Ham; Koo; Lee, 2019; Janssen, 2012; Lim, 2021; Pirannejad; Ingrams, 2022; Ubaldi, 2013; Xiao *et al.*, 2019). O conjunto de trabalhos demonstra que este é um campo em aberto para investigações, a considerar os desafios para os governos na gestão de um volume crescente de dados, potencializado diante das demandas emergentes por serviços públicos e a transparência.

#### **4 DESENVOLVIMENTO**

A gestão das informações geradas ou custodiadas pela gestão pública, acontecem por meio de um ciclo de atividades interrelacionadas, que demandam esforços no seu planejamento, envolvem projetos e precisam ser coordenadas (Choo, 2002). Por conta disso, a especificidade da informação governamental demanda um modelo de GI em níveis, que considere o ambiente de informação (com suas forças políticas, legais, regulatórias, sociais, econômicas e tecnológicas) e os contextos de informação que envolvem o usuário (Rowley, 1998). Propomos um novo modelo de CD a partir da harmonização de conceitos, práticas e modelos consolidados na GI e na CD, aplicáveis à gestão da informação governamental, que gera os DAG publicados nos portais de transparência e portais de dados abertos. Inicialmente, estabelecemos um conjunto de etapas para reduzir a complexidade que encontramos no setor público, tanto nas estruturas organizacionais quanto no sistema de leis.

Nesse sentido, tomamos como princípios para a formulação do modelo para DAG: o modelo de gestão da informação (Rowley, 1998); o ciclo de gestão da informação (Choo, 2002); o ciclo de vida da informação (Floridi, 2010); o modelo de ciclo de vida da curadoria

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

digital (Higgins, 2007); e a Lei de Acesso à Informação no que tange ao tratamento da informação pública (Brasil, 2011). Os princípios de CD constituem a base sobre a qual pensamos a gestão da informação governamental, harmonizando o conjunto de conceitos prévios relacionados aos demais modelos bem como à legislação.

Encontramos uma realidade complexa no setor público em função de fatores como: a dimensão organizacional (secretarias, órgãos, agências, instituições); o sistema regulatório (leis, normas, decretos, instruções normativas); equipes distribuídas e pouco capacitadas; e a vontade política que pode influenciar ou comprometer diretamente a gestão da informação e a baixa regulamentação. Neste cenário, entendemos que o modelo precisa de uma estrutura granular para atenuar as complexidades e favorecer as tarefas da gestão. Dividimos o trabalho em duas etapas que descrevemos na sequência.

A primeira etapa está na harmonização entre o modelo de gestão da informação (Rowley, 1998) e o ciclo de gestão da informação (Choo, 2002). Esses modelos não nasceram no contexto da gestão pública, mas encontramos um indicativo de aplicabilidade no setor público (Paulo; Gama; Caliman, 2021). Modelos específicos para a gestão da informação governamental tem poucas referências e adaptações são observadas na literatura. Na sequência, selecionamos os elementos desses modelos, listamos e justificamos a escolha (Quadro 1).

**Quadro 1 - Elementos selecionados na fase inicial da harmonização**

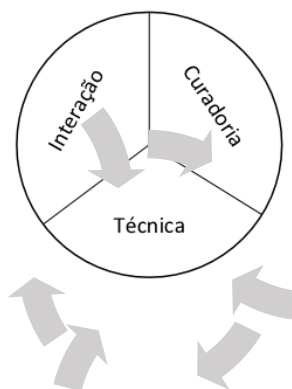
<b>Referência</b>	<b>Elemento escolhido</b>	<b>Justificativa</b>
Modelo de gestão da informação (Rowley, 1998)	Ambiente de informação	As forças políticas e regulatórias são centrais na gestão da informação governamental e influenciam diretamente qualquer proposta
	Gerenciar níveis individuais, sistêmicos, conceituais e sociais	Compreender os diferentes níveis envolvidos possibilita a coordenação das atividades e a articulação entre diferentes setores e partes interessadas (interna e externamente)
Ciclo de gestão da informação (Choo, 2002)	Inter-relação entre as atividades envolvendo planejamento, projeto e coordenação	Reforça a importância do planejamento, a divisão das tarefas que ficam sujeitas a coordenações, o projeto em nível macro que permite a sua articulação em diversas direções
	Modelo de processo	Permite reconhecer e categorizar as atividades que são técnicas e suas relações com outras atividades. Com isso, o planejamento e a coordenação são facilitados
	Atividades que colocam os usuários em perspectiva (necessidades de informação, produtos ou serviços de informação, usos da informação)	Os usuários não devem ser negligenciados, assim como os meios de estabelecer uma comunicação efetiva com eles, não apenas para consumir as informações, mas que viabilize a participação e colaboração

**Fonte:** elaborado pelos autores (2023).

A técnica de harmonização para essa etapa consiste em combinar os modelos anteriores em um novo modelo, que chamamos de **Modelo de Processo para Gestão da**

**Informação Governamental** com três fases: Curadoria, Técnica e Interação. Procuramos delimitar as competências e fronteiras de atuação de cada fase considerando também que seus processos se interrelacionam e colaboram entre si de forma bidirecional, sem estabelecer uma fase como inicial. Uma representação do modelo pode ser vista na Figura 1.

**Figura 1** - Modelo de Processo para Gestão da Informação Governamental



**Fonte:** elaborada pelos autores (2023).

O modelo parte da premissa de que a gestão da informação governamental deve ser planejada considerando três fases interrelacionadas e interdependentes, permitindo adaptação a diferentes contextos organizacionais. O planejamento proposto baseia-se nas seis dimensões propostas por Siebra (2021): infraestrutura, recursos financeiros e humanos, preservação digital, aspectos legais e éticos, e acesso e uso dos objetos digitais. A literatura recomenda a criação de uma política de preservação digital com um plano correspondente para orientar as ações (Nonato; Aganette, 2022), abrangendo aspectos físicos, lógicos e intelectuais da curadoria (Fermann; Lima; Chardulo, 2020). Assim, parte essencial do planejamento é a verificação de políticas existentes, como de preservação digital e dados abertos, que podem ser avaliadas, aprimoradas ou propostas. A elaboração de planos e políticas, contudo, extrapola o escopo deste trabalho. A seguir, detalham-se as fases do Modelo de Processo de Gestão da Informação Governamental.

#### **4.1 A Fase Técnica**

Esta fase é relacionada às TDs, em três níveis: físico, lógico e pessoal. A separação desta fase se justifica em razão de existirem diferentes realidades, orçamentos e estruturas organizacionais, que são elementares na gestão pública e influenciam diretamente o quanto

pode ser feito. Outro fator a considerar é que essas equipes podem ser externas, terceirizadas, parceiras ou colaboradores da própria sociedade. Cada um dos níveis é apresentado a seguir:

- Físico: Infraestrutura de hardware, redes, periféricos e quaisquer equipamentos que possam ser utilizados;
- Lógico: Desenvolvimento de sistemas, páginas, aplicativos e demais ferramentas que vão processar as informações e apresentá-las;
- Pessoal: Equipes que vão atuar tanto na parte física quanto na parte lógica e que vão estabelecer as especificações para suas compras e contratações.

Não é possível prever ou determinar as características relacionadas à fase técnica. A depender da organização, da maturidade ou mesmo do orçamento disponível, pode-se encontrar realidades mais ou menos maduras. Podem existir situações em que parte das atividades são terceirizadas ou mesmo a sua totalidade. Também pode ser segmentada em diversos setores ou órgãos, concentrada em um setor específico, organizada por um comitê central ou qualquer outra forma de organização. O aspecto fundamental da fase técnica é que cabe a ela gerir o ciclo de vida das informações.

#### **4.2 A Fase de Interação**

A fase de interação é responsável por toda a mediação entre os DAG e a sociedade, estabelecendo uma via de comunicação ativa com a sociedade que tem como princípios a *observação e participação da comunidade*. Esta etapa é crucial porque compreende os aspectos de seleção, arranjo, exposição, apresentação, participação, colaboração, avaliação e *feedback* da comunidade. Se ocupa em definir quais produtos de informação devem ser desenvolvidos, seus formatos e mídias. Tem o objetivo de aproximar a comunidade e promover o uso dos DAGs.

A interação tem como foco garantir a acessibilidade, com a adequação aos vários formatos de telas e dispositivos (responsividade) bem como sistemas operacionais. Deve explorar especialmente as mídias e redes sociais, estabelecendo novas formas e linguagens que estejam próximas do público para estabelecer diálogo, além de aspectos relacionados à visualização da informação. Deve desenvolver mecanismos para perceber as *necessidades de informação*, intermediando a comunicação entre o governo e a sociedade, prospectando a partir disso novos produtos de informação.

A CD demonstra uma consideração especial com a comunidade de usuários das informações. Adotamos classificá-los como consumidores diretos ou indiretos dos DAGs. Os consumidores diretos são aqueles que utilizam os diversos produtos informacionais

oferecidos e os consumidores indiretos são aqueles que buscam dados em formatos brutos com o objetivo de desenvolver seus próprios produtos informacionais. Essa classificação nos permite propor as seguintes categorias de usuários:

- Cidadãos / público / comunidade em geral
- Empresas e organizações privadas, público especializado (empresas de transporte coletivo, mídia, desenvolvedores de aplicativos, etc.)
- Instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais
- Parceiros governamentais, fornecedores, agências e outros órgãos.

A interação é a fronteira entre a gestão e a sociedade, que pode ser implementada de formas variadas com o uso de TICs. Preocupa-se também com as redes, mídias, semiótica, linguagem e aprimoramento contínuo dos canais de comunicação com o cidadão. Responsável também por projetar os mecanismos de avaliação, *feedback*, participação e colaboração. Assume a interlocução com a sociedade, representada por seus diversos atores com a premissa de considerar os usos e os usuários.

#### **4.3 A Fase de Curadoria**

A fase de curadoria aglutina em seu escopo elementos relacionados às fases técnica e interação, que a partir da nossa proposta, podem ser pensados no todo ou em parte, de acordo com a necessidade ou o interesse da gestão pública. Novamente, a tarefa implica em harmonizar múltiplos modelos para construção de um novo modelo. São eles: o modelo de ciclo de vida da curadoria digital – DCC (Higgins, 2007); o ciclo de vida da informação (Floridi, 2010); e a Lei de Acesso à Informação – LAI (Brasil, 2011).

Concordamos com Daisy Abbott (2008), que as responsabilidades envolvidas na CD podem ser compartilhadas entre diferentes atores, instituições e comunidades; incorporando questões organizacionais e culturais, bem como técnicas. Portanto, adotamos a ideia de que existem papéis específicos para cada parte interessada, que distribuimos entre as três fases no Modelo de Processo para Gestão da Informação Governamental (Figura 1). Já a LAI é textual e descreve as ações ou processos para o tratamento da informação pública que tomamos como referência para esta fase, pois esses preceitos legais são obrigatórios.

Inicialmente desmembramos o modelo DCC em duas partes, sendo a primeira o ciclo de vida completo, que traz o conjunto de ações que precisam ser executadas ao longo do ciclo de vida dos objetos digitais, representadas nos quatro ciclos internos que abrangem os dados. A segunda parte compreende as ações sequenciais e ocasionais que dizem respeito às ações

de GI como parte do ciclo de vida da CD, aprimorando ou atualizando algumas das suas atividades. A divisão pode ser vista no Quadro 2.

**Quadro 2** - Divisão inicial das ações do modelo DCC

<b>Ações do ciclo de vida completo</b>	<b>Ações sequenciais e ocasionais</b>
Descrição e Representação da informação; Plano de preservação; Observação e participação da comunidade; Curadoria e preservação	Criar e receber; Avaliar e selecionar; Aquisição; Ação de preservação; Armazenar; Acesso, uso e reuso; Transformar; Reavaliar; Migrar; Descartar

**Fonte:** adaptado de Higgins (2008).

As ações do ciclo de vida completo compreendem tudo o que diz respeito à curadoria digital *per se*. Já as ações sequenciais e ocasionais referem-se ao ciclo de vida da informação. Inicialmente, tratamos do ciclo de vida completo, retirando-o do modelo DCC para harmonizá-lo por meio da combinação de elementos dos demais modelos selecionados. Nesta parte, a harmonização toma o modelo DCC como norteador e ponto de partida, pois trata da curadoria, aspecto não abordado literalmente nos demais modelos. No centro do modelo estão as coleções selecionadas para a curadoria (conjuntos de dados, objetos digitais, arquivos digitalizados ou nato-digitais diversos). Nesse aspecto, consideramos que a LAI no Art. 4º (BRASIL, 2011), classifica a informação como:

- I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- III - Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- IV - Informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

Essa classificação é relevante para compreender a abrangência do que será objeto da curadoria e também traz elementos descritivos para o processo de descrição e representação da informação. Aqui temos uma inter-relação entre a fase técnica e de curadoria, pois o processo envolve desenvolver e gerenciar metadados descritivos, estruturais, administrativos,

etc. Propomos a adoção de uma nova nomenclatura para esse processo que contemple a tarefa de classificar, prevista como um dos elementos do tratamento da informação na LAI. Dessa forma, o processo passa a se chamar *classificação, descrição e representação da informação*. O processo que vem na sequência é o plano de preservação, já mencionado no começo desta seção e que depende da colaboração entre as três fases (técnica, interação e curadoria). A particularidade vem novamente da LAI que apresenta quatro elementos a serem considerados nesse processo: disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade (Brasil, 2011).

Em seguida temos a *observação e participação da comunidade* que envolve as partes interessadas que usam, avaliam e comentam as coleções. Está relacionada ao *acesso, uso e reuso* que está no ciclo de vida da informação (círculo externo do modelo). Em nossa proposta vincula-se à fase de **interação** pois considera elementos que extrapolam o modelo DCC, tais como apresentação, publicação, disseminação, transmissão, distribuição, compartilhamento, experiência do usuário, colaboração, etc. Além disso, enfatizamos a necessidade de registrar e manter como as informações são utilizadas e acessadas pelos usuários por meio de suas consultas e interação. Propomos, portanto, a alteração na nomenclatura deste processo, que passamos a denominar *observação, interação e participação da comunidade*. Os processos que se seguem são *curadoria e preservação*. A curadoria não é um processo identificado explicitamente na LAI, mas referências nessa direção podem ser observadas ao longo do texto. Também ecoa nos ciclos de vida da informação em processos que se referem a arquivar, guardar, reciclar, coletar, etc. Não alteramos a nomenclatura, mas identificamos a omissão do processo de conservação, que está associado à preservação.

O ciclo de vida da gestão da informação está no círculo externo do modelo DCC, com o acréscimo de elementos como a preservação ao longo do tempo, garantias de uso e reuso, conservação e migração dos dados. O modelo também envolve aspectos específicos da CD tais como: seleção, arranjo, refino, categorização, exposição, apresentação, preservação e proteção. Portanto, a perspectiva da curadoria orienta a harmonização da segunda parte do modelo DCC nas ações sequenciais e ocasionais. Novamente, com a harmonização de múltiplos modelos vindos de fontes heterogêneas, listamos os elementos dos modelos selecionados que representam o conjunto de ações de cada modelo conforme o Quadro 3.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

**Quadro 3** - Conjunto de ações / etapas relacionadas à gestão do ciclo de vida da informação

<b>Fonte</b>	<b>Conjunto de ações / etapas</b>
Atividades de gestão da informação do modelo de ciclo de vida da curadoria digital (2007)	Conceituar; criar ou receber; avaliar e selecionar; aquisição; ação de preservação; armazenar; acesso, uso e reuso; migrar; transformar, reavaliar, descartar
Ciclo de vida da informação de Floridi (2010)	Criar / gerar, coletar, guardar, processar, distribuir, usar, reciclar/eliminar
Tratamento da informação pública, Art. 4º da Lei de Acesso à Informação (2011)	Produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação

**Fonte:** elaborado pelos autores (2023).

As ações semelhantes estão presentes nos três modelos com exceção do *arquivamento* que consta apenas na LAI. O arquivamento é uma atividade opcional, mas arquivar um objeto de informação implica em comprometer a sua preservação por retirá-lo dos processos de *migração* e *transformação*, elementos necessários para a conservação e preservação da informação. Adotamos, portanto, aglutinar a possibilidade de arquivamento ao processo de armazenamento que passamos a denominar *armazenar / arquivar*.

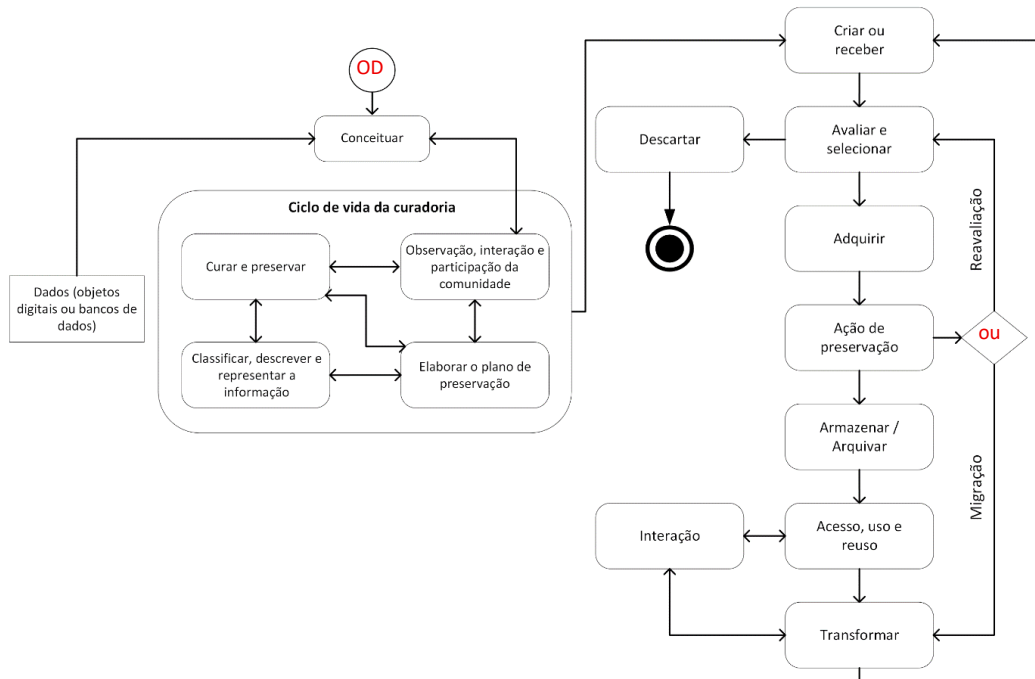
Como os demais grupos não apresentam nenhuma particularidade, permanecemos com a nomenclatura do modelo DCC, *criar ou receber; acesso uso e reuso; e descartar*. As ações que agrupamos no conjunto denominado *Ações de Interação* estão presentes na LAI e retratam as possibilidades previstas no processo do ciclo de vida da curadoria denominado *interação, observação e participação da comunidade* e também no processo *acesso, uso e reuso*. Todavia, consideramos que esta última deve disparar um novo processo que chamamos de *interação* para contemplar essas ações que refletem a realidade atual de mediação entre os usuários e a informação.

O modelo DCC apresenta uma entrada em *conceituar* e uma saída em *descartar*. O que nos permite interpretar que o ciclo se repete (incluindo as ações ocasionais), até que em determinado momento a informação seja inevitavelmente descartada. Nesse sentido, propomos uma segunda saída do modelo por meio da interação com os usuários, junto ao *acesso, uso e reuso*. Novas possibilidades de interação com o usuário permitem contemplar ações de reprodução, transporte, transmissão, distribuição, avaliação, destinação ou controle da informação, além do compartilhamento que é uma ação cotidiana nas redes sociais.

Apenas o ciclo de vida da informação de Floridi (2010) traz a ação processar. No contexto de sua proposição, o processamento de informações fazia sentido, mas na realidade

atual, o processamento está contemplado em outras ações e adotamos por eliminá-lo durante a harmonização. As atividades aglutinadas no que chamamos Especificidades da Curadoria não apresentam semelhanças nos demais modelos, portanto, optamos em mantê-los na forma original. Por fim, redesenhamos o modelo de curadoria digital no formato de diagrama, buscando manter o caráter de processo contínuo e não linear do modelo original, centrado nos objetos digitais (OD) e que finaliza somente com o descarte do objeto digital ao final do seu ciclo de vida, conforme apresentado na Figura 4.

**Figura 4 - Modelo de curadoria digital harmonizado**



**Fonte:** elaborado pelos autores (2023).

O novo modelo, a partir da harmonização, comparado aos modelos originais contém:

- O ciclo de vida modificado com o acréscimo da *classificação à descrição e representação da informação* e com o acréscimo da *interação à observação e participação da comunidade*;
- O acréscimo de *arquivar* à ação sequencial de *armazenar*;
- O acréscimo da ação ocasional de *interação* bidirecional para representar a mediação que se pretende alcançar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura demonstrou consenso sobre a necessidade de um *framework* ou modelo de curadoria para DAG, com o objetivo de atender a determinados critérios e especificidades do setor público. O modelo de CD que propomos leva em conta todas as particularidades que envolvem a gestão da informação governamental e não concorre com

quaisquer tecnologias ou estrutura que exista ou venha a ser adotada, mas incorpora nesse universo, estratégias de preservação dos DAG para garantir seu uso e reuso, sensibilizando os gestores governamentais a refletir de uma forma diferente acerca de seus usuários, fortalecendo a interação entre o governo e a sociedade.

Nosso trabalho segue a previsão de Higgins (2007), que o modelo DCC seria expandido e adaptado para outras realidades, dessa maneira, sua trajetória passou pelos dados abertos (Lee *et al.*, 2016) antes de alcançar os DAG (Currie, 2016; Moles, 2019). Esses trabalhos investigaram a CD na perspectiva de aumentar a confiança nos DAG e em relação a sua comunidade de usuários, demonstrando o desafio em desenvolver estratégias que possibilitem uma interação mais próxima ao usuário. Levando isso em conta, nossa proposta também dá um passo na direção da CD como estratégia para a gestão da informação governamental ao longo do seu ciclo de vida, considerando o grande volume DAG, sua preservação e conservação, seu uso e reuso.

O modelo de CD que desenvolvemos pode contribuir com a promoção da transparência e a participação popular, pois os governos têm grandes dificuldades em refletir sobre suas práticas e realizar investigações para encontrar novas formas de abordar seus problemas e dificuldades. O trabalho também contribui ao lançar um olhar sobre os usuários dos DAG, a necessidade de fortalecer a interação entre os usuários e os portais, as demandas por espaços que oportunizem uma comunicação mais efetiva entre os usuários e os governos, e a necessidade de se desenvolver produtos de informação a partir dos DAG, de forma que esses dados possam efetivamente cumprir os princípios que levaram à sua abertura.

## **REFERÊNCIAS**

ABBOTT, Daisy. **DCC Briefing Paper: What is digital curation?**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1842/3362>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALTAYAR, Mohammed Saleh. Motivations for open data adoption: An institutional theory perspective. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 633–643, 2018.

BRAGA, Juliana Vasconcelos; GOUVEIA, Feliz Alberto Ribeiro. Iniciativas brasileiras para Dados Governamentais Abertos Conectados: uma análise do nível de abertura dos dados nas plataformas governamentais brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 495–515, 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131 de 27 de Maio de 2009**. [S. l.]: Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 02 mar. 2025.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.** [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 02 mar. 2025

CARRASCO, Laís Barbudo. **Integração de conteúdos culturais heterogêneos em ambientes digitais do patrimônio cultural:** harmonização de modelos conceituais. 2019. 146 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, 2019.

CHOO, Chun Wei. **Information management for the intelligent organization:** the art of scanning the environment. 3. ed. Medford, NJ: Information Today, 2002.

CURRIE, Morgan Elisabeth. **The data-fication of openness:** the practices and policies of open government data in Los Angeles. 2016. [s. l.], 2016.

DALLAS, Costis. Digital curation beyond the “wild frontier”: a pragmatic approach. **Archival Science**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 421–457, 2016.

DAWES, Sharon S.; VIDIASOVA, Lyudmila; PARKHIMOVICH, Olga. Planning and designing open government data programs: an ecosystem approach. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 15–27, 2016. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2016.01.003>. 02 mar. 2025.

FLORIDI, Luciano. **Information:** a very short introduction. Oxford: OUP Oxford, 2010.

GUSMÃO, Luiza Toledo Regadas; SOUZA, Cristina Gomes de. A Gestão Documental e a Gestão do Conhecimento na execução da transparência pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], p. 85–104, 2021. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2025.

HAM, Juyeon; KOO, Yunmo; LEE, Jae Nam. Provision and usage of open government data: strategic transformation paths. **Industrial Management and Data Systems**, [s. l.], v. 119, n. 8, p. 1841–1858, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IMDS-04-2019-0218> Acesso em: 02 mar. 2025.

HIGGINS, Sarah. Draft DCC Curation Lifecycle Model. **International Journal of Digital Curation**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 82–87, 2007.

JANSSEN, Katleen. Open Government Data and the Right to Information: opportunities and obstacles. **The Journal of Community Informatics**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2012.

LEE, Christopher *et al.* Open Data meets Digital Curation: an investigation of practices and needs. **International Journal of Digital Curation**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 115–125, 2016.

LIM, Theodore C. Patterns in environmental priorities revealed through government open data portals. **Telematics and Informatics**, [s. l.], v. 64, 2021. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2025.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

MATHEUS, Ricardo; JANSSEN, Marijn; JANOWSKI, Tomasz. Design principles for creating digital transparency in government. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 101550, 2021.

MOLES, Nathan Michael Barrett. **Inside Open Government Data Curation**: exploring challenges to the concept of a 'Designated Community' through a case study of the city of Toronto. 2019. 294 f. Thesis (Doctorat)- University of Toronto, Toronto, 2019. Disponível em: <https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/97579>. Acesso em: 02 mar. 2025.

PARDO, César *et al.* A systematic review on the harmonization of reference models. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION OF NOVEL APPROACHES TO SOFTWARE ENGINEERING, 5., 2010, [S. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.: SciTePress - Science and Technology Publications, 2010. p. 40–47.

PARDO, César *et al.* From chaos to the systematic harmonization of multiple reference models: A harmonization framework applied in two case studies. **Journal of Systems and Software**, [s. l.], v. 86, n. 1, p. 125–143, 2013.

PAULO, Joelson de Souza; GAMA, Janyluce de Rezende; CALIMAN, Douglas Roriz. Gestão de dados abertos governamentais: do modelo à prática. **Revista de gestão, finanças e contabilidade**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 188–206, 2021.

PIRANNEJAD, Ali; INGRAMS, Alex. Open Government maturity models: a global comparison. **Social Science Computer Review**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 1140–1165, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/home/ssc> Acesso em: 02 mar. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar De. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

ROWLEY, Jennifer. Towards a framework for information management. **International Journal of Information Management**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 359–369, 1998.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque. O planejamento na Curadoria Digital. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1–22, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57263>. Acesso em: 02 mar. 2025

SOUZA, Ariel Antônio Conceição de; D'ANGELO, Marcia Juliana; LIMA FILHO, Raimundo Nonato. Effects of Predictors of Citizens' Attitudes and Intention to Use Open Government Data and Government 2.0. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 101663, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X2100099X> Acesso em 02 mar. 2025

TAI, Kuang-Ting. **Examining the complex dynamics of open government**: trends, determinants, and impacts. 2021. 219 f. Thesys (Doctor of Philosophy)- The State University of New Jersey, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://rucore.libraries.rutgers.edu/rutgers-lib/66718/>. Acesso em: 02 mar. 2025

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

TANG, Rong; JIANG, Jie. Characteristics of Open Government Data (OGD) Around the World: A Country-based Comparative Meta-Analysis. **Data and Information Management**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 11–26, 2021. Disponível em:

<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2543925122000171>. Acesso em 02 mar. 2025.

UBALDI, Barbara. **Open Government Data: towards empirical analysis of Open Government Data Initiatives** OECD Working Papers on Public Governance. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em:

[https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2013/05/open-government-data\\_g17a22d9/5k46bj4f03s7-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2013/05/open-government-data_g17a22d9/5k46bj4f03s7-en.pdf) Acesso em: 02 mar. 2025.

XIAO, Fanghui *et al.* Emerging roles for Optimising Re-Use of Open Government Data.

**International Journal of Digital Curation**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 362–372, 2019.